

A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023)

Organizadores:

Dr. Paulino José Orso - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Dr. Luiz Bezerra Neto - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

José Claudinei Lombardi - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Dra. Maria Cristina dos Santos - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Joelson Gonçalves de Carvalho - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Moderador: Paulino José Orso

A Fome e a Produção involucra de Alimentos

Jumara Soares das Chagas. (sojumara@gmail.com) Universidade Santa Cruz do Sul, Brasil;
Silvio Cesar Arend. (silvio@unisc.br) Universidade Santa Cruz do Sul, Brasil

A produção dos alimentos, seja de extrativismo de coleta ou de mecanização, sempre esteve atrelada a sobrevivência humana e animal. Desde o período neolítico até os dias atuais, a alimentação está associada as questões de subsistência. Ele é imprescindível para todos, pessoas de alta, de baixa ou de nenhuma renda; fundamental, tanto para quem vive em área rural e urbana. Importante tanto para quem tem moradia, quanto para os que vivem nas ruas. Todos precisam de alimentos para viver. A comida, um elemento tão necessário quanto a água para o corpo humano, virou um grande negócio de mercados. Em meio a alta produção de alimentos, a fome surge como ponto de diversos estudos, disputas e debates em tempos diferentes. No Brasil, onde milhares de hectares de terras se concentram nas mãos de deputados estaduais e federais, prefeitos, vices-prefeitos, governadores, senadores e presidentes e vices presidentes da república para criação de gado, seria imoral e até mesmo vergonhoso aplicar a visão Malthusiana sobre a indisponibilidade de terras cultiváveis para todos. O que há no Brasil é uma injusta e antidemocrática divisão de terras que se concentram nas mãos de uma minoria que ainda usam a máquina do Estado para apropriação indevida, enquanto a maioria não possui sequer terra para cultivar o próprio alimento.

Segurança Alimentar; Alimentos; Mercado

A (in)segurança alimentar no Brasil: do golpe de 2016 ao projeto genocida do governo Bolsonaro

Luiz Bezerra Neto (lbezerra@ufscar.br). Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Um dos grandes problemas dos países pobres sempre foi a (in)segurança alimentar e Nutricional de vastas parcelas da sua população. No Brasil, de acordo com a Oxfam (2020), 58,7% da população convive com esta em algum grau.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, em 2002, havia 50 milhões de miseráveis no Brasil, ou seja, 25,1% da população. Durante os governos do PT, o Brasil saiu do mapa da fome, no

entanto, após o golpe de 2016 e, a eleição do governo Bolsonaro, a fome voltou a patamares praticamente igual àqueles da década de 1990.

A fome provocada pelo governo Bolsonaro/Guedes, é mais profunda na região norte e nordeste, atingindo mais os trabalhadores do campo, sobretudo as pessoas pretas e pardas, além dos lares em que a chefe de família é do sexo feminino e conta com crianças na residência.

Durante o período de pandemia mesmo com o aumento da miséria em nossa sociedade, em agosto de 2022 Jair Bolsonaro e seu ministro da economia, o banqueiro Paulo Guedes vetaram a proposição no orçamento, de destinação de mais verbas para a merenda dos estudantes do ensino público para a compra de merenda para os estudantes do ensino básico.

O veto ao aumento de valores prejudica não apenas os estudantes, mas, sobretudo os pequenos produtores rurais, pois, são eles, os principais fornecedores de hortifrutis utilizados nos alimentos das crianças, aumentando a insegurança alimentar.

Fome durante o governo Bolsonaro; O Brasil no mapa da fome; Retorno ao mapa da fome

Do retorno ao mapa da fome ao retorno do combate à insegurança alimentar (2016-2023)

Paulino José Orso (paulinorso@uol.com.br) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Brasil

A segurança alimentar tem sido um problema histórico no Brasil. Porém, por um breve período, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (PT - 2003-2016), o país conseguiu sair do “mapa da fome”. Entretanto, a partir do golpe que destituiu a Presidente Dilma em 2016, a classe dominante, representada pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, desencadeou um ataque avassalador contra a classe trabalhadora, colocou o Estado à serviço do capital, promoveu reformas, extinguiu direitos e empurrou novamente milhões de pessoas para a miséria, caracterizada pelo retorno dos fogões à lenha, pratos vazios, olhares melancólicos e abatidos, disputas por pedaços de ossos, ruas e semáforos cheios de pedintes, enfim, por políticas de genocídio dos povos indígenas, como no caso dos Yanomamis, que chocou o mundo em 2023. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, de agosto de 2022, a insegurança alimentar no Brasil atinge 58,7% da população. 33,1 milhões de pessoas nem se quer tinha o que comer. Com a derrota de Bolsonaro e a eleição de Lula para um terceiro mandato, são retomadas as políticas de combate à fome e o compromisso de erradicá-la novamente, garantindo a todos, no mínimo três refeições por dia, como o fez em seu primeiro mandato.

(in)segurança alimentar no Brasil: mapa da fome

Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade

Maria Cristina dos Santos (cbezerra@ufscar.br) Universidade Federal de São Carlos, Brasil

A problemática da insegurança alimentar assola o mundo e no Brasil não é diferente. O avanço desenfreado do capitalismo no campo brasileiro tem provocado um aumento da produção de grãos, de commodities e de lucros exorbitantes e, na mesma proporção, amplia a desigualdade, a destruição da natureza e também, a fome, que assola a população rural como também a urbana. Sendo a lógica da produção agrícola capitalista a acumulação de capital e não a produção de alimentos de consumo imediato, a carência de alimentos se faz cada dia mais evidente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo no

país. Nesse texto abordarei as políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil no tocante ao reconhecimento, a delimitação conceitual, a valorização e os investimentos na área, como também a criação de mecanismos para fazer com que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, quer seja pelas feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar, pela merenda escolar e pelos programas de restaurantes populares. Essas políticas não resolverão o problema da miséria, da fome e da insegurança alimentar no Brasil, que é estrutural, mas, se aliadas a outras políticas de emprego e renda, podem ser um prenúncio de dias melhores e comida no prato.

insegurança alimentar; agricultura familiar; alimentação escolar; políticas públicas; combate à fome

A intervenção administrativa em segurança alimentar através dos Programas de Alimentação Escolar do Brasil e de Portugal: efetivação do direito fundamental social à alimentação em food security

Alessandra Fonseca de Carvalho (alessandra.carvalho@dpu.def.br) Defensoria Pública da União, Brasil

O presente estudo, tendo como base os ordenamentos jurídicos brasileiro e português, adotando uma metodologia qualitativa, possui como objetivo analisar as principais questões referentes ao direito fundamental social à alimentação. Para tanto, escolheu-se pesquisar acerca dos Programas de Alimentação Escolar do Brasil e de Portugal nas redes públicas de ensino como política pública executada pela administração pública para assegurar, salvaguardar e efetivar o direito humano à alimentação adequada e nutricional enquanto food security. Realizou-se levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas e das legislações em vigor que regem os Programas de Alimentação Escolar, como instrumento do direito administrativo para a efetivação da segurança alimentar, possuindo, outrossim, relevante papel no combate à insegurança alimentar, denominada fome oculta, bem como à erradicação da pobreza e da própria fome. Constatou-se que é primordial a contribuição da agricultura familiar, na modalidade da produção local, utilizada na alimentação escolar, como medida de sustentabilidade ambiental e social. Por fim, verificaram-se as políticas públicas adotadas pelos Poderes Públicos durante a Pandemia Covid-19 com o objetivo de manter a alimentação escolar.

Direito à alimentação; Direito Fundamental Social; Segurança alimentar; Intervenção Administrativa: Programas de Alimentação Escolar do Brasil e de Portugal

Tecendo renda: distribuição de alimentos da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) como estratégia de combate à fome na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Leda Lorenzo Montero (leda.lorenzo@unifesp.br) Universidade Federal de São Paulo, Unifesp Diadema, Brasil; Luciana Antonio Santos (l.santos03@unifesp.br) Universidade Federal de São Paulo, Unifesp Diadema, Brasil

No Brasil, políticas de apoio à agricultura familiar fortaleceram a distribuição agroecológica como estratégia de segurança alimentar e nutricional. Desde 2015, um programa ATER-Mulheres fomentou a RAMA, composta por mulheres de comunidades tradicionais e quilombolas do Vale do Ribera. Com a interrupção dessas políticas em 2018, o escoamento continuou autônomo, mediante uma rede de atores com forte atuação de Grupos-de-Consumo-Responsável (GCRs). Essa articulação resultou no aumento dos alimentos distribuídos e dos valores monetários recebidos pelas agricultoras entre 2018 e 2022. Isso está relacionado com vários fatores. Entre 2018 e 2019, destacam melhorias na articulação devidas ao caminhão disponibilizado pela

Prefeitura da Barra Turvo para realizar o transporte até a RMSP e ao aumento da capilaridade da rede de distribuição por causa do maior envolvimento dos GCRs. O pico observado a partir de março de 2020 parece relacionado com a pandemia de coronavirus. Em vistas do descaso do poder público, ocorreram doações de alimentos para comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar com envolvimento de novos agentes sociais (empreendimentos de economia solidária). A pesar do potencial das políticas públicas para ampliar a escala de distribuição, o escoamento solidário de alimentos pode promover a segurança alimentar e nutricional no campo e na cidade.

Agroecologia; Mulheres; Alimentos solidários; Grupos-de-Consumo-Responsável; coronavirus